



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

SABRINA DA SILVA CANDEIA

**MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE
OS DESAFIOS E POLÍTICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE
ALUNAS MÃES**

**PATOS-PB
2025**

SABRINA DA SILVA CANDEIA

**MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE
OS DESAFIOS E POLÍTICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE
ALUNAS MÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Administração da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharelado em Administração.

Área de concentração: Ensino-aprendizagem.

Orientadora: Prof^ª. Me. Débora Karyne da Silva Abrantes

**PATOS-PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C216m Candeia, Sabrina da Silva.

Maternidade e ensino superior [manuscrito] : uma revisão sistemática sobre os desafios e políticas de apoio à permanência acadêmica de alunas mães. / Sabrina da Silva Candeia. - 2025.

23 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2025.

Orientação : Prof. Ma. Débora Karyne da Silva Abrantes, Coordenação do Curso de Administração - CCEA.

1. Maternidade no ensino superior. 2. Desafios das alunas-mães. 3. Políticas de apoio institucional. 4. Permanência na universidade. I. Título

21. ed. CDD 378.0082

SABRINA DA SILVA CANDEIA

**MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE
OS DESAFIOS E POLÍTICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE
ALUNAS MÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Administração da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharela em Administração

Aprovada em: 03/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- Débora Karyne da Silva Abrantes (***.181.824-**), em 27/06/2025 07:56:43 com chave 6973f6ba534511f0b0892618257239a1.
- Cléssia Fernandes de Brito Santiago (***.076.164-**), em 27/06/2025 09:00:44 com chave 5adf3700534e11f0a7682618257239a1.
- Simone Costa Silva (***.998.714-**), em 27/06/2025 15:43:26 com chave 9c6589ee538611f0852f2618257239a1.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 21/07/2025

Código de Autenticação: fdf7c9



LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Tabela 1 - Critérios de inclusão e exclusão	11
Figura 1 - Número de publicações por ano	12
Figura 2 - Periódicos e suas respectivas classificações (Qualis)	13
Tabela 2 - Características metodológicas dos artigos selecionados.....	13

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Gênero E Educação Superior	7
2.2 Desafios Enfrentados Por Alunas Gestantes E Mães	9
2.3 Políticas De Apoio E Suporte Institucional	10
2. PERCURSO METODOLOGICO.....	12
3.1 Formulação Da Questão De Pesquisa.....	12
3.2 Estratégia De Pesquisa.....	12
3.3 Seleções Dos Estudos	13
3.4 Extração De Dados	14
3.5 Síntese Da Revisão Sistemática Da Literatura (RSL)	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
4.1 Análise Descritiva Dos Estudos Seleccionados	14
4.2 Desafios Da Maternidade No Ensino Superior E O Papel Das Políticas de Apoio	18
4.3 Contribuições Teóricas	19
4.4 Agenda De Pesquisa	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	22

MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE OS DESAFIOS E POLÍTICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE ALUNAS MÃES

Sabrina da Silva Candeia

Débora Karyne Da Silva Abrantes

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender como a maternidade impacta a trajetória acadêmica de alunas no ensino superior, considerando os desafios enfrentados e o papel das políticas institucionais de apoio. Portanto, estabelece-se a criação de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com a finalidade de explorar estudos nacionais que abordem a temática da maternidade durante o ensino superior. Ao decorrer da análise, destaca-se a realidade das estudantes-mães que vivenciam a invisibilidade institucional, pela sobrecarga das múltiplas jornadas e ausência de suporte e políticas de apoio eficazes. Identifica-se que as mulheres que vivenciam a maternidade no ensino superior enfrentam barreiras que prejudicam sua trajetória no ensino superior, mas também constroem estratégias de resistência por meio do apoio coletivo, das redes solidárias e da criação de espaços de escuta e acolhimento. A pesquisa contribui para o levantamento da situação atual das discussões na literatura sobre o tema e reforça a necessidade de ações institucionais que promovam inclusão, equidade e justiça social no ambiente universitário. Conclui-se que o reconhecimento da maternidade universitária é essencial para a construção de práticas acadêmicas mais humanas e comprometidas com a permanência das alunas no ensino superior.

Palavras-chave: Maternidade no Ensino Superior; Desafios das Alunas-Mães; Políticas de Apoio Institucional; Permanência na Universidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the main challenges faced by pregnant students and mothers in Brazilian higher education, as well as the institutional support policies that influence their retention and academic success. Therefore, a Systematic Literature Review (SLR) was conducted with the purpose of exploring national studies that address the theme of motherhood during higher education. Throughout the analysis, the reality of student-mothers is highlighted, as they experience institutional invisibility due to the overload of multiple responsibilities and the lack of effective support and policies. It is identified that women who experience motherhood in higher education face barriers that hinder their academic trajectory, but they also develop resistance strategies through collective support, solidarity networks, and the creation of spaces for listening and care. This research contributes to mapping the current state of discussions in the literature on the subject and reinforces the need for institutional actions that promote inclusion, equity, and social justice within the university environment. It is concluded that recognizing motherhood within academia is essential for building more humane academic practices, committed to ensuring the retention of female students in higher education.

Keywords: Motherhood in Higher Education; Challenges of Student Mothers; Institutional Support Policies; University Retention.

1.INTRODUÇÃO

Ao longo da história é possível perceber a tamanha luta das mulheres por seus direitos e pela igualdade de gênero. Essa trajetória está associada à conquista do acesso feminino ao ensino superior, algo que, no Brasil, só foi possível no final do século XIX. Com o passar dos anos, a participação de mulheres nas universidades foi crescendo gradualmente. Para elas, esse espaço representa uma oportunidade de desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal e social, que lhes possibilita maior autonomia e contribui para mudanças na estrutura social.

O Censo da Educação Superior de 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), mostra que as mulheres se tornaram a maioria, tanto nas matrículas quanto nas conclusões de curso no ensino superior, comprovando a ampliação desse espaço como parte do avanço da equidade de gênero no país.

Porém, para algumas estudantes, o itinerário acadêmico é marcado por desafios que dificultam sua permanência e conclusão de curso, como é o caso das alunas gestantes e mães. Assim como relata Ribeiro (2017), as mulheres-mães são frequentemente induzidas a realizar atividades associadas à maternidade, sendo sujeitas ao desdobramento físico e psicológico em nome do cuidado materno. As múltiplas jornadas são uma refração da “questão social” e têm relação direta com a posição ocupada pela mulher durante a história em nossa sociedade patriarcal, que concede a elas o dever de cuidar e se responsabilizar pelas atividades domésticas, comprovando, assim, a desigual divisão do trabalho (Dias e Soares, 2019), possuindo, geralmente, seus anseios e subjetividades omissos em nome do fortalecimento do sistema patriarcal.

Assim, verifica-se que a maternidade atribui a mulher diversas funções que, somadas à carga acadêmica, demandam das estudantes habilidades de conciliação e superação constantes diante dos múltiplos encargos presentes na vida pessoal e acadêmica. Em 1991, no I Encontro de Mulheres Cientistas do Rio de Janeiro, realizado pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) da PUC-RJ, discutiu-se sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres cientistas para equilibrar pesquisa, trabalho e família. Para Tabak (2002), esses desafios incluem a dupla jornada e a carga social de que o cuidado doméstico e parental é uma responsabilidade da mulher. O encontro também abordou a falta de creches como suporte para as mães que trabalham e o machismo ainda persistente no meio acadêmico, que levanta questionamentos sobre a capacidade intelectual das mulheres.

Além disso, Uripia e Sampaio (2009) abordam o apoio familiar como fundamental para a permanência de mulheres que são estudantes na universidade. “Considerando que o contexto familiar se modifica em decorrência do nascimento de filhos e exige que a família encontre formas de lidar com as situações que surgem nesse período, a rede de apoio social é fundamental para sua adaptação às novas circunstâncias, em particular, a contribuição do pai e dos avós” (Rapoport; Piccinini, 2006 p. 88).

Considerando esse cenário, é possível perceber que esses desafios não são apenas individuais, mas também institucionais. Para garantir a permanência e o êxito dessas estudantes, necessita-se de um ambiente inclusivo e de políticas que, de fato, as apoiem. Ao verificar o contexto das evasões nas universidades do país, observou-se que eram poucas as Instituições de Ensino Superior (IES) que contavam com assistência estudantil efetiva para enfrentar essas barreiras (Veloso; Almeida, 2001; Silva Filho et al., 2007).

Constata-se, portanto, que a existência de políticas de apoio para alunas mães e gestantes se torna essencial para diminuir os índices de evasão e garantir um ambiente de equidade nas universidades. Assim, a licença-maternidade, suporte psicológico, flexibilização de prazos e

horários, acesso a creches e apoio financeiro são algumas das medidas que buscam atender às necessidades dessas estudantes. No entanto, a efetiva aplicação dessas políticas varia em aspectos estruturais e na aplicabilidade, o que evidencia a importância de averiguar as práticas atuais e as lacunas existentes para se propor melhorias.

Diante do exposto, o objetivo principal deste trabalho é compreender como a maternidade impacta a trajetória acadêmica de alunas no ensino superior, considerando os desafios enfrentados e o papel das políticas institucionais de apoio, mediante uma Revisão Sistemática da Literatura. Em termos específicos, busca-se identificar os obstáculos enfrentados por essas alunas, destacar a importância das políticas de suporte para sua permanência e desempenho acadêmico, além de mostrar estratégias já implementadas para criar um ambiente inclusivo e acolhedor para estudantes que vivenciam a maternidade na graduação.

O trabalho é composto por este tópico introdutório; o segundo discute o referencial teórico, ao abordar conceitos de gênero e sua relação com o ensino superior, além dos desafios enfrentados por alunas mães e gestantes e das políticas institucionais de apoio e suporte. O terceiro capítulo expõe o percurso metodológico, apresentando a formulação da questão de pesquisa, estratégia de busca, critérios de seleção, extração e síntese dos dados. O quarto capítulo apresenta os resultados e discussões, composto por uma análise descritiva, desafios enfrentados, contribuições teóricas e proposição de uma agenda de pesquisa. E o último capítulo encerra com as considerações finais, que reúnem as principais conclusões e indicam perspectivas para investigações futuras sobre a temática.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gênero e Educação Superior

O conceito de gênero não se originou pelo feminismo como campo político e teórico. Ele teve criação na linguística, posteriormente sendo incluído pela sexologia e, mais tarde, pelo feminismo (Carvalho; Rabay, 2015). Scott (1995) revela que a utilização do termo “gênero” ocorreu mais recentemente, quando feministas americanas passaram a empregar essa palavra para reforçar o caráter social, contrapondo-se ao determinismo biológico inerente a expressões como “sexo” e “diferença sexual”. A autora ainda ressalta a funcionalidade da expressão, que pode abordar o aspecto relacional das normas que definem as feminilidades. Além disso, as escritoras que se dedicam à abordagem centrada nas mulheres e criticam as limitações dos estudos femininos podem explorar o conceito de gênero para acrescentar a perspectiva relacional ao vocabulário analítico.

Ainda para Scott, gênero pode ser definido como “um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86). Desde a Antiguidade, está enraizado o pensamento de que as mulheres são inferiores aos homens, seja por meio de crenças religiosas ou pelas características físicas, que frequentemente as tornam consideradas incapazes de desempenhar tarefas robustas. Muitas vezes consideradas propriedade dos homens, esse pensamento era alimentado pela desigualdade de gênero (Schussler; Fabricio, 2017).

Considerando o contraste social existente, esse fenômeno também persiste na educação superior. Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, a exclusão das mulheres do ensino secundário impossibilitou seu ingresso no ensino superior. Assim, as desigualdades de gênero estiveram historicamente presentes no sistema educacional brasileiro, culminando nos menores índices de alfabetização feminina e em restrições ao acesso a formação acadêmica (Romanelli, 2001). A partir da segunda metade do século XX, houve ampliação de vagas no sistema educacional brasileiro, beneficiando sobretudo as mulheres, que

puderam superar o hiato de gênero em todos os níveis de ensino e aproveitar as transformações sociais ocorridas no país (Beltrão; Alves, 2009).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ressaltou que, apesar dos significativos avanços ocorridos principalmente após a segunda metade do século XX nas condições das mulheres, com destaque à inclusão e ao acesso educacional, o Brasil ainda apresenta um dos maiores Índices de Desigualdade de Gênero (IDG) da América Latina. Ademais, mesmo não sendo considerado um problema, muitas mulheres optam por cursos que resultam em profissões com menores remunerações no mercado de trabalho, como pedagogia, serviço social e enfermagem, conforme indicam pesquisas realizadas no Brasil (Carvalhoes; Ribeiro, 2019).

Ao explorar sobre gênero e educação superior, é notória a disseminação da desigualdade de gênero tanto na escolha do curso quanto nas condições de permanência oferecidas as mulheres no ambiente universitário. Barroso e Mello (1975) revelam, em seu estudo, que entre 1956 e 1971 houve um crescimento considerável da participação de mulheres no ensino superior, avançando de 26% para 40%. No entanto, é importante considerar que essa evolução não ocorreu de forma uniforme. Elas ainda expõem que a participação das mulheres é mais evidente em cursos culturalmente considerados “femininos”. Apesar do aumento nítido dessa participação, as áreas associadas ao cuidado, como enfermagem e pedagogia, concentram maior número de mulheres, o que demonstra a manutenção das desigualdades existentes no mercado de trabalho.

Passos (1997) e Lewin (apud Rosenberg et al., 1990) apresentam um olhar mais otimista sobre a inclusão de mulheres em carreiras historicamente consideradas “masculinas”. Mesmo com limitações em termos qualitativos, as autoras consideram essa inserção um avanço e uma oportunidade de crescimento nesse espaço tradicionalmente ocupado por homens. Lewin salienta ainda que, em muitas dessas carreiras, as mulheres apresentam melhor desempenho em relação aos homens.

Contudo, para Guedes (2008), o aumento da participação feminina no ambiente universitário não extingue totalmente a segmentação e a exclusão enfrentadas por mulheres. A conformidade em números não significa equidade de gênero, pois elas permanecem, em sua maioria, concentradas em áreas de menor valorização social e financeira. Dessa forma, a baixa representação feminina em áreas de prestígio não deve ser observada como um resultado natural de escolhas entre homens e mulheres, mas sim como algo que exige atenção por parte do Estado, que deve regular e distribuir de forma equitativa com a implementação de políticas de inclusão que enfrentem os preconceitos existentes no mercado de trabalho (Farah, 2004; Mioto, 2015).

Ainda assim, o acesso ao ensino superior não elimina os desafios enfrentados pelas mulheres, marcados muitas vezes pela dupla jornada, que lhes atribui responsabilidades domésticas, ao passo que os homens, geralmente, dedicam-se apenas às atribuições profissionais, transferindo para elas os deveres do lar (Schussler; Fabricio, 2017).

Com as contribuições dos autores, é possível identificar os avanços obtidos e os desafios que ainda persistem. Além de promover o acesso, torna-se necessário implementar políticas de integração que incentivem a equidade de gênero e estimulem a diversidade nas inúmeras especialidades para mulheres.

2.2 Desafios enfrentados por Alunas Gestantes e Mães

Quando mulheres se tornam mães, experimentam descobertas e obstáculos associados à educação dos filhos, às obrigações e às novas vivências. Tais mudanças, quando comparadas com a realidade de mulheres que não têm filhos, demandam grande adaptação (Silva et al., 2020).

Andrade (2019) ressalta as mudanças físicas, emocionais e na rotina de mulheres a partir da gestação, que exige dedicação da maneira que ocorre na vida acadêmica. Conciliar estudos e maternidade pode conduzir a dificuldades com o financeiro, falta de apoio, tempo e empatia por parte dos colegas e professores, além dos impasses no aproveitamento de disciplinas e pela carência de apoio com o filho, precisar faltar às aulas, entre outras adversidades.

Segundo Ávila e Portes (2012), as mulheres que precisam equilibrar vida acadêmica com o trabalho e o cuidado parental vivenciam a realidade árdua de uma tripla ou até quádrupla jornada, precisando se dividir para atender a todas essas responsabilidades.

Ademais, a descoberta de uma gestação pode atrair medos e incertezas, como a angústia ao imaginar a reação da família e a falta de compreensão sobre seus direitos, ampliando as chances de precisar trancar ou abandonar o curso. Para as jovens estudantes, a gravidez agrega ainda mais obstáculos, ao exigir uma maior conciliação entre estudos e cuidados maternos. Além disso, muitas vezes estão solteiras e lidando sozinhas com os desafios da maternidade, sem o auxílio do pai. Dessa forma, o apoio institucional é necessário para proporcionar o amparo a essas estudantes (Farias et al., 2019).

Diante das adversidades, mulheres-mães universitárias têm promovido a criação de ambientes de escuta e acolhimento, que possibilita a reflexão coletiva. Com isso, as trocas de experiências permitem a busca de soluções para as demandas individuais enfrentadas no ambiente universitário. Essas iniciativas impulsionam, também, a evolução e o crescimento pessoal e profissional (Ferreira; Borges, 2023). Além disso, fortalecem o sentimento de pertencimento e criam redes de apoio fundamentais para a permanência dessas alunas no ensino superior, contribuindo para a construção de uma universidade mais sensível às questões de gênero e maternidade.

2.3 Políticas de Apoio e Suporte Institucional

Com a progressão do ensino superior, tornou-se necessário expandir o alcance de políticas assistenciais para viabilizar o acesso à educação, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, abrangendo o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 2015). Portanto, essas políticas também contribuem para redução da evasão escolar ao proporcionar os recursos básicos para o acesso ao ensino brasileiro.

Com o intuito de reduzir os impasses vividos por estudantes do ensino superior, foi implementado em 2008 com base na Portaria Normativa nº 39, de 2007, a Política Nacional de Assistência estudantil (Pnaes), cujo objetivos incluem democratizar o acesso à educação pública federal, reduzir desigualdades sociais e regionais, além de, taxas de retenção e evasão, e melhorar o desempenho acadêmico e a inclusão dos estudantes.

Um estudo desenvolvido na Universidade de Brasília por Ribeiro (2017) constatou as dificuldades enfrentadas por essas estudantes, como conciliar a vida familiar, estudos e trabalho. A autora discute a influência das desigualdades de gênero na experiência acadêmica das mulheres que são mães e destaca a necessidade de políticas institucionais que amenizem esses desafios. Entre as propostas estão a concessão do auxílio-creche e a criação de creches institucionais, possibilitando as mães universitárias frequentarem as aulas e realizarem atividades acadêmicas enquanto seus filhos recebem cuidados adequados.

Nunes e Silva (2020) acrescentam que as creches universitárias e escolas de aplicação foram idealizadas para auxiliar além da comunidade acadêmica, a população em geral, e promover mais acessibilidade as mães que buscam maior participação em atividades acadêmicas. As autoras ressaltam a importância de considerar as especificidades em editais

acadêmicos e em proporcionar benefícios financeiros e bolsa de assistência-creche que ajudem a prosseguir a formação acadêmica

Nunes e Silva (2020) consideram ainda, os custos da maternidade com um dos principais desafios enfrentados pelas alunas-mães, reforçando a importância de conceder os auxílios financeiros para custear despesas associadas as matrículas escolares ou na contratação de babás que possam acompanhá-los durante as atividades acadêmicas das mães.

Sampaio (2011, p.165) apresenta algumas medidas que podem ser adotadas pelas IES para flexibilizar a jornada acadêmica das estudantes que vivenciam a maternidade:

O incentivo aos processos de retomada dos estudos, após o nascimento de seus filhos, através, por exemplo, de uma oferta de horários que lhes permitam amamentar e cursar os componentes curriculares, sem a necessidade de trancamentos; a possibilidade de negociação de horários mais flexíveis no período em que as estudantes-mães fazem a inserção de suas crianças no contexto-creche; entrega posterior de material de estudo combinado com o(a) professor(a), de modo a justificar faltas, evitando reprovação, no caso da criança precisar se ausentar da creche por motivo de saúde; além da possibilidade da jovem com gravidez de risco finalizar o semestre com atividades domiciliares, mesmo não sendo os três últimos meses da gravidez, evitando o trancamento do semestre e até o abandono do curso, quando for confirmado, por laudo médico, o problema de saúde da estudante-gestante. (SAMPAIO, 2011, p. 165)

Portanto, o amparo institucional necessita estar baseado em políticas bem elaboradas e firmadas em diretrizes legais que assegurem o direito básico da educação a alunas-mães e gestantes. A harmonia, a concretização e acessibilidade na comunicação permitem a construção de um espaço de aprendizagem mais inclusivo e equitativo. Dessa forma, as políticas de apoio desempenham um papel fundamental na construção da equidade no ensino superior, garantindo que todas as alunas, independentemente das condições sociais, familiares ou maternas, consigam concluir os estudos com a dignidade necessária.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa busca compreender como a maternidade impacta a trajetória acadêmica de alunas no ensino superior, considerando os desafios enfrentados e o papel das políticas institucionais de apoio. Dessa forma, optou-se por realizar uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Conforme exposto por Staples e Niazi (2007), a RSL constitui um procedimento metodológico que permite localizar, examinar e sintetizar estudos previamente publicados, favorecendo a identificação do estado da arte de um determinado campo de investigação e proporcionando subsídios para a resposta a questões de pesquisa específicas. Assim, se estabelece como uma ferramenta estratégica para a identificação de lacunas existentes na literatura e a proposição de agendas para pesquisas futuras.

Para estabelecer confiabilidade e a validade dos resultados encontrados, a revisão sistemática foi conduzida seguindo um protocolo de busca e análise estruturado, fundamentado nas orientações metodológicas de Kitchenham (2004), que propõe a divisão do processo em três etapas principais: (i) planejamento, (ii) execução e (iii) sumarização dos dados.

As etapas metodológicas adotadas neste estudo são descritas na sequência.

3.1 Formulação da questão de pesquisa

Este estudo foi conduzido pela seguinte questão: Quais os principais desafios enfrentados por alunas gestantes e mães no ensino superior brasileiro, e de que forma as políticas institucionais de apoio influenciam sua permanência e desempenho acadêmico?

3.2 Estratégia de pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio da base Portal de Periódicos da CAPES, escolhida devido à sua ampla cobertura nacional da temática proposta. Não foram aplicadas restrições temporais, a fim de abarcar o maior número possível de estudos relevantes.

Para a busca dos artigos, utilizaram-se palavras-chave relacionadas ao tema maternidade e ensino superior, com o apoio dos operadores *booleanos* OR/AND/“ ”/(). Foram realizados testes prévios para definição dos termos mais eficazes, resultando na seguinte estratégia de busca: (“maternidade” OR “mães estudantes” OR “alunas mães” OR “mães universitárias” OR “gestantes” OR “maternidade no ensino superior”) AND (“ensino superior” OR “universidade” OR “faculdade”) AND (“políticas de apoio” OR “apoio institucional” OR “inclusão” OR “acessibilidade”).

Como resultado da busca, foram inicialmente identificados 145 artigos, que passaram por uma triagem envolvendo a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, sendo avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na etapa de planejamento da revisão sistemática.

3.3 Seleção De Estudo

Para seleção dos estudos que compõem esta revisão, foram definidos na etapa de planejamento da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão. Esses critérios têm como propósito selecionar os trabalhos que possam agregar ao desenvolvimento da pesquisa, eliminando aqueles que não correspondam aos objetivos estabelecidos. A Tabela 1 apresenta os critérios de inclusão e exclusão utilizados nesta revisão.

Tabela 1 – Critérios de inclusão e exclusão

INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Trabalhos avaliados por pares;	Textos de caráter editorial e outros materiais incompatíveis com a análise proposta;
Artigos disponíveis na íntegra;	Artigos não disponíveis na íntegra;
Artigos redigidos em português ou inglês;	Artigos em idiomas diferentes do português e inglês;
Artigos que tratassem da maternidade no ensino superior, com foco em alunas mães e gestantes;	Artigos que não abordassem a temática de interesse;
Artigos com abordagem empírica;	Artigos puramente teóricos;

Fonte: Elaboração própria (2025)

A partir da aplicação dos critérios estabelecidos, foram excluídos 68 trabalhos que não haviam sido avaliados por pares e 8 que não estavam disponíveis na íntegra. Na sequência, realizou-se a leitura dos resumos dos 69 artigos remanescentes, o que resultou na exclusão de 62 por não abordarem diretamente a temática da maternidade no ensino superior, com foco específico em alunas mães e gestantes e de 1 artigo por se tratar de uma revisão de escopo. Dessa forma, 6 artigos foram selecionados para a etapa de leitura integral e, posteriormente, para os processos de extração e síntese dos dados.

3.4 Extração De Dados

Durante a fase de extração de dados, os artigos selecionados foram submetidos à leitura crítica e posteriormente categorizados com base nos critérios de extração definidos, sendo eles: 1) Objetivos do estudo; 2) Abordagem de pesquisa adotada (quantitativa, qualitativa ou quanti-quali); 3) Natureza dos dados utilizados; 4) Métodos empregados para a coleta e análise dos dados; 5) Desafios identificados no desenvolvimento das pesquisas; 6) Políticas identificadas nos contextos analisados; e 7) Análises realizadas e principais resultados encontrados.

3.5 Síntese Da Revisão Sistemática De Literatura (RSL)

A última etapa da revisão incluiu a interpretação e a integração dos dados extraídos. Assim, optou-se pela realização de uma Análise de Conteúdo temática, que, conforme Bardin (2011), possibilita a descrição do conteúdo comunicado e a realização de inferências a partir dos dados coletados.

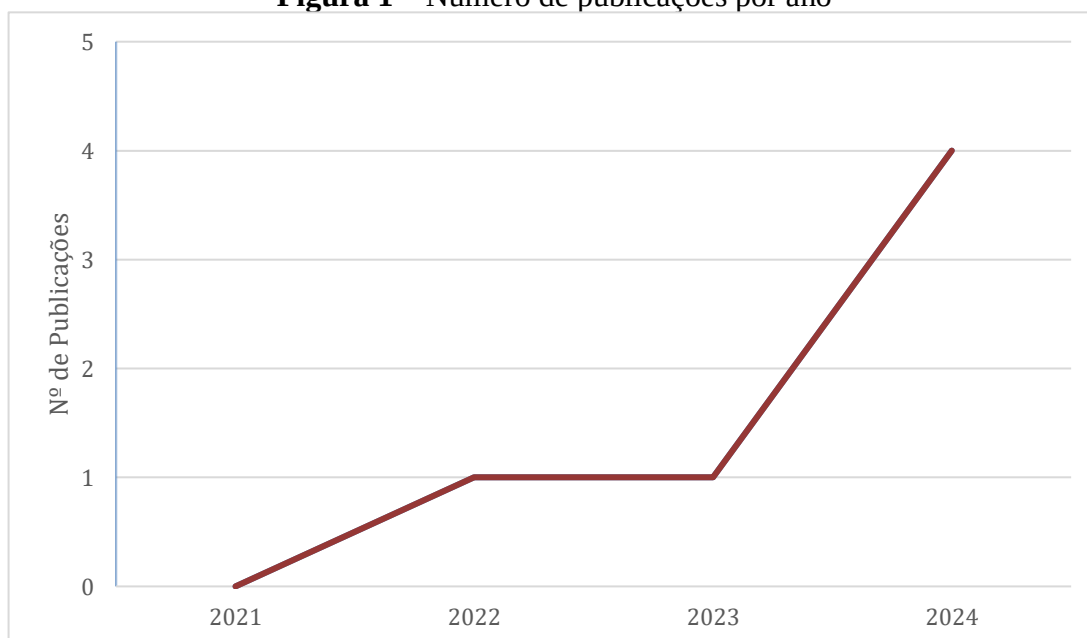
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa, identifica-se os fundamentos teóricos e metodológicos dos estudos analisados, e as principais discussões que podem apoiar o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre os principais desafios enfrentados por mães e gestantes no ensino superior e de qual forma as políticas públicas contribuem para permanência e sucesso acadêmico. A organização do tópico considera: 1) uma análise descritiva dos estudos selecionados; 2) desafios da maternidade no ensino superior e o papel das políticas públicas 3) as contribuições teóricas identificadas; e, por fim, 4) a proposição de uma agenda para pesquisas.

4.1 Análise Descritiva dos Estudos Selecionados

Com a análise sistemática dos trabalhos encontrados, foram selecionados seis artigos que abordam os desafios enfrentados por alunas gestantes e mães no ensino superior. Com o objetivo de compreender a evolução das pesquisas nessa área, o gráfico a seguir apresenta a distribuição temporal das publicações ao longo dos anos.

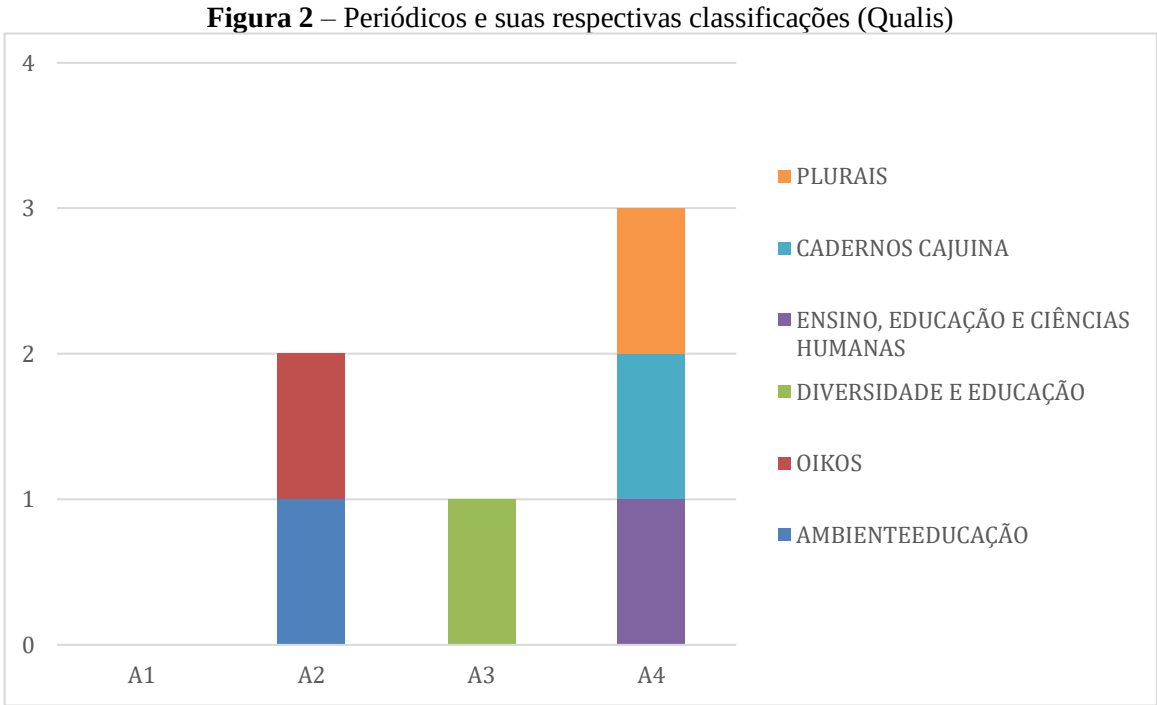
Figura 1 – Número de publicações por ano



Fonte: Elaboração própria (2025)

Mesmo não havendo a definição de recorte temporal para a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), é possível verificar que as publicações relacionadas à temática investigada passaram a ser registradas apenas a partir de 2022. Nota-se, ainda, uma tendência de crescimento no número de estudos publicados ao longo dos anos, com destaque ao ano de 2024, período em que se certificou uma maior incidência de produções acadêmicas voltadas para a temática em questão.

A Figura 2 apresenta os periódicos em que os artigos analisados foram publicados, acompanhados de suas respectivas classificações no sistema Qualis.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Observa-se uma diversidade de periódicos em que os trabalhos foram publicados, sendo que a maioria possui como eixo temático a educação em suas diferentes dimensões. Quanto às classificações no sistema Qualis, é evidente a concentração de artigos em periódicos pertencentes à categoria A, o que indica que os estudos selecionados foram veiculados em periódicos admitidos por sua qualidade acadêmica.

Além de analisar a evolução das publicações e as características dos periódicos, também se observou o delineamento metodológico dos estudos, com a finalidade de compreender de qual forma as investigações na área vêm ocorrendo. Assim, a Tabela 2 reflete as abordagens metodológicas adotadas nos trabalhos selecionados.

Tabela 2 – Características metodológicas dos artigos selecionados.

ESTUDO	ABORDAG EM	OBJETIVOS	NATUREZA DOS DADOS	MÉTODOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
Vieira, Brito e Peixoto (2024)	Qualitativo	Analisar as políticas públicas e as condições oferecidas as mães-estudantes como suporte ao ensino e à permanência;	Relatos pessoais, entrevistas abertas e depoimentos;	Revisão de literatura e pesquisa de campo com aplicação de entrevistas.	Constatou-se nas entrevistas que a maioria das estudantes não tem conhecimento sobre os direitos e condições de permanência já conquistados, e que o

					acesso a essa informação se dá por meio do trabalho realizado pelo coletivo de mães. Em geral, as alunas enfatizaram a necessidade de mais ações assistenciais por parte da universidade para garantir a permanência.
Silva e Mendes (2024)	Qualitativo	Compreender a relação entre maternidade, ambiente universitário e mercado de trabalho a partir da vivência de mães discentes de uma universidade pública;	Entrevistas com 22 estudantes que são mães;	Análise de conteúdo que permitiu identificar temas recorrentes nos relatos das universitárias.	A análise do estudo possibilitou identificar carência de apoio institucional e de ambiente adequados as necessidades das mães tanto no âmbito universitário quanto no profissional. Tal fato intensifica o desgaste sobre as mães discentes e restringe suas possibilidades de atuação nos contextos educacionais e de trabalho, principalmente quando a rede de apoio é inexistente ou insuficiente, o que pode acarretar na evasão;
Castro e Fernandes (2024)	Qualitativo	Analisar a invisibilidade das mães cientistas nas instituições acadêmicas, discutindo como a maternidade impacta a produção científica e a trajetória profissional dessas mulheres;	Emergente, multimodal e contextualizada;	Pesquisa-formação na cibercultura, conforme proposta por Edméa Santos (2019) que valoriza a produção de conhecimento de forma coletiva, dialógica e contextualizada.	O estudo mostra que as mulheres sentem a necessidade de frequentar o ensino superior por considerar seus benefícios, no entanto, conciliar a maternidade com a trajetória acadêmica constitui um grande desafio e por isso é necessária muita determinação e equilíbrio para concluir a jornada acadêmica;
Almeida, Müller e Hogemann (2022)	Qualitativa	Analisar os impactos da maternidade sobre a produção científica das mulheres pesquisadoras e a necessidade objetiva de ser manter na luta pela igualdade entre homens e mulheres na ciência.	Dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental;	Pesquisa de caráter exploratório, com abordagem crítica baseada na epistemologia feminista da objetividade forte de Sandra Harding;	Os dados mostraram as múltiplas jornadas enfrentadas pelas mães universitárias, que se somam as atividades acadêmicas: a maternidade, as atividades domésticas e trabalho extra a universidade que torna urgente a criação e implementação de políticas públicas e institucionais que promovam a equidade e inclusão das mães no ensino superior;
Silva, Benitez,	Qualitativa	Refletir sobre o espaço das mães na universidade brasileira, enquanto	Questionários e/ou Entrevistas	Coleta de dados através da realização de entrevistas e	O estudo inspirou as autoras a buscar uma participação ativa, como formas de desobediência, na

Mizael e Pasian (2023)		protagonistas do seu processo educacional, possibilitando assim, a construção de possíveis fatores de proteção que garantam a equidade aos estudantes;	semiestrutura das;	análise com base em quatro temas principais.	desconstrução do imaginário social hegemônico sobre o lugar da mulher na sociedade, em especial na ciência.
Sousa e Arantes (2024)	Qualitativa	Analisar as condições estruturais de acesso e permanência de mulheres mães no sistema de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com ênfase nas políticas públicas de direito a educação e a ciência na instituição;	Dados primários coletados por meio de questionário online com perguntas semiestrutura das;	Estudo analítico, com base na análise dialética. As participantes foram selecionadas por busca ativa. A análise considerou algumas categorias fundamentada em fontes teóricas e documentais.	O artigo aborda como a maternidade impacta a produção científica de mulheres, evidenciando a invisibilidade dessa experiência nos espaços acadêmicos. A partir da epistemologia da objetividade forte, propõe uma ciência mais inclusiva e atenta as vivências femininas. Destaca a necessidade de reconhecimento institucional da maternidade na trajetória acadêmica.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Em relação à natureza dos estudos, observa-se o domínio da abordagem qualitativa, que é validada pelo caráter da análise subjetiva ao considerar as vivências e experiências associadas à maternidade, aos aspectos de gênero e a trajetória acadêmica. São realidades que envolvem aspectos afetivos, sociais, culturais e perceptivos, o que explica a utilização da metodologia da pesquisa, pois reflete o entendimento da complexidade do objeto de estudo que requer a escuta sensível e respeito as múltiplas experiências relatadas pelas entrevistadas.

As características evidenciam ainda, o predomínio de questionários e entrevistas como instrumento de coleta de dados, com destacando a valorização da escuta ativa. Silva e Mendes (2024), por exemplo, entrevistaram 22 mães estudantes e com a análise de conteúdo conseguiram destacar os relatos recorrentes e enfatizando a necessidade de entender as adversidades existentes entre o campo acadêmico e a universidade. No mesmo sentido, Vieira et. Al., (2024) utilizam a revisão bibliográfica associada a entrevistas e relatos pessoais para aprofundar a compreensão das mulheres sobre à sua trajetória acadêmica.

Assim, a escolha metodológica dos autores evidencia o compromisso com as narrativas das mulheres que são mães e que experienciam da realidade das IES. E contribuem para o reconhecimento de desafios que foram ignorados ao longo do tempo no espaço acadêmico, expandindo a capacidade de compreender os efeitos da maternidade no percurso acadêmico e pressionando as estruturas institucionais ainda marcadas pela desigualdade de gênero.

4.2 Desafios da Maternidade no Ensino Superior e o Papel das Políticas de Apoio

Os estudos aqui abordados contribuem para a compreensão dos desafios enfrentados por mães discentes no ensino superior, ao ressaltar os impactos da maternidade na trajetória acadêmica e a limitações das políticas públicas de acesso e permanência. Sousa e Arantes (2024), ao expor a realidade de mães na pós-graduação da UFPI, mostram que a falta de políticas institucionais específicas contribui para a sobrecarga enfrentada por essas mulheres, tornando indispensável a implementação de medidas como creches universitárias, bolsas permanência e flexibilização de prazos acadêmicos. No mesmo sentido, Silva e Mendes (2024)

apresentam, a partir de entrevistas com mães estudantes, as dificuldades de conciliação entre estudo, trabalho e o cuidado materno, bem como a inexistência de suporte institucional efetivo, o que influencia diretamente na permanência dessas mulheres no ensino superior.

Os estudos de Silva e Mendes (2024) e Sousa e Arantes (2024) narraram as dificuldades enfrentadas por mães estudantes associadas a falta de creches universitárias, baixa flexibilidade de prazos acadêmicos e falta de apoio institucional para conciliar a vida acadêmica aos cuidados maternos. Os resultados das entrevistas apontam que mesmo existindo políticas de permanência formalizadas, elas não são divulgadas ou acessíveis, o que torna limitada a sua finalidade.

Almeida et. al. (2022) intensificam o debate ao utilizar a epistemologia feminista da objetividade forte. As autoras questionam a neutralidade científica e defendem que a produção do saber deve considerar as vivências de mulheres mães, inserindo a maternidade como uma parte legítima na construção científica. Esse estímulo amplia a reflexão acerca do papel das políticas públicas, demonstrando a necessidade de garantir o acesso ao conhecimento.

Castro e Fernandes (2024) evidenciam a invisibilidade das mães cientistas e criticam o modelo estrutural da academia que marginalizam as mulheres que vivem a maternidade, devido ao seu caráter produtivista. As autoras defendem, com base na pesquisa-formação na cibercultura, a criação de redes de apoio e o ajuste das métricas de avaliação, de modo a considerar as múltiplas jornadas dessas mulheres.

De forma complementar, Silva et. al. (2023) abordam os efeitos da sobrecarga que culmina em uma saúde mental debilitada e da falta de acolhimento por parte institucional durante a trajetória acadêmica das mães universitárias. Apesar de reconhecer a existência de políticas públicas, apontam que geralmente são ineficientes na prática.

Por fim, Vieira et. al. (2024) expõe o olhar do coletivo de mães da UFRJ, que manifestam insatisfações com as precárias condições de permanência como falta de apoio psicológico e da assistência estudantil. Além disso, o estudo demonstra a importância dos coletivos de mães na luta pelos seus direitos e no combate às desigualdades, que conseguem impulsionar transformações na academia com base na articulação política das estudantes.

Almeida et. Al. (2022) e Vieira et. Al. (2024) consideram que o modelo acadêmico tradicional ignora as demandas maternas partindo da reflexão acerca das lacunas das políticas públicas educacionais. Já Castro e Fernandes (2024) e Silva et. Al. (2023) reconhecem a escuta ativa das mulheres como forma legítima de produzir conhecimento relativos aos anseios das alunas mães. Elas ainda defendem a formulação de políticas mais sensíveis as realidades expostas, inserindo ações que promovam o acolhimento e o reconhecimento da maternidade como parte da trajetória acadêmica para assegurar a permanência estudantil.

A partir da análise dos estudos, é possível perceber o olhar crítico dos autores sobre a insuficiência ou até inexistência das políticas para assegurar a equidade nas universidades ao tratar da vivência da maternidade. Além de denunciar as ausências das políticas de apoio, os trabalhos explorados, destacam a baixa efetividade e aplicabilidade das ações existentes.

4.3 Contribuições Teóricas

As análises dos estudos oferecem diferentes perspectivas, mas que se assemelham ao criticar ações excludentes do ensino superior e ao valorizar abordagens sensíveis às questões de gênero e maternidade. É possível perceber a estrutura que alimenta o sistema patriarcal, onde ainda permanece a desigualdade e desconsidera as carências específicas das mulheres que são mães no âmbito acadêmico.

Sousa e Arantes (2024) realizam suas abordagens, a fim de compreender a realidade social a partir de suas contradições. Elas categorizam a maternidade, gênero e políticas públicas com uma análise crítica, baseado em teorias e políticas institucionais de educação, que

evidencia os mecanismos de exclusão enfrentados por mães na pós-graduação, essa pesquisa contribui principalmente para compreender como o espaço universitário ainda é definido por diretrizes que rejeitam as pluralidades.

Assim Almeida et. Al. (2022) complementam a análise anterior, ao utilizar a proposta de Sandra Harding sobre a "objetividade forte" dentro da epistemologia feminista ao questionar a neutralidade científica. A pesquisa defende que as produções desenvolvidas por grupos historicamente marginalizados, como as mulheres mães, também devem ser valorizados. A análise realizada propõe uma ciência mais inclusiva, onde a maternidade pode ser vista como uma vivência legítima e importante para a produção de conhecimento, e não um obstáculo.

No mesmo sentido Silva et. Al. (2023) estabelecem sua abordagem sobre gênero, maternidade e inclusão no ensino superior. Através de referências como o autor Bell Hooks e pesquisas sobre saúde mental e políticas educacionais, buscam entender os aspectos pessoais e institucionais que afetam a vida das mães universitárias. Valorizam os relatos das participantes como uma forma realista de produzir conhecimento, evidenciando a importância da escuta de experiências por meio de métodos de pesquisa qualitativos. Essa abordagem evidencia a demanda por um modelo de gestão que entenda e se adapte à realidade dos universitários.

Castro e Fernandes (2024) argumentam sua pesquisa de forma diferente por meio da pesquisa-formação na cibercultura, proposta por Edméa Santos. Essa análise considera o conhecimento como resultado de processos colaborativos, situados principalmente em ambientes digitais. A perspectiva que questiona a tradicionalidade da pesquisa e estimula a valorização dos saberes em rede, proporcionando a reflexão crítica da invisibilidade da mãe pesquisadora e da insensibilidade avaliativa das academias.

Já Silva e Mendes (2024) compreendem como as múltiplas jornadas das mães estudantes estão associados ao gênero, classe e raça, demonstrando como esses aspectos se relacionam para compreender os desafios que as mulheres enfrentam na sociedade brasileira, devido as desigualdades sociais. A pesquisa se fundamenta em teorias feministas e estudos sociólogos, e destaca a demanda de políticas públicas que considerem as inúmeras necessidades dessas estudantes, reforçando que a gestão das IES deve se atentar as exigências das alunas que são mães, garantindo assim a permanência acadêmica. O aparato teórico evidencia como o maternar é único e influencia diretamente no percurso acadêmico das estudantes que são mães, enfatizando que desconsiderar essa realidade implica na ineficiência das políticas de apoio.

O trabalho de Vieira, Brito e Peixoto (2024) estabelecem uma abordagem narrativa com teorias sobre políticas públicas, direito à educação e maternidade que proporciona um elo com as discussões anteriores ao comprovar o aumento nos problemas estruturais das universidades ocasionadas pela ausência de amparo institucional. Partindo das experiências expostas pelas integrantes do coletivo de mães da UFRJ, os autores indicam como a ausência do suporte institucional expõe os problemas estruturais das políticas de permanência. A abordagem da pesquisa evidencia a maternidade como fator de busca pelos direitos, além de reforçar a valorização de ações coletivas como estratégia de resistência e transformação social nas universidades.

Os trabalhos abordados apontam caminhos que devem ser considerados para enfrentar as barreiras de exclusão simbólica e material de mães e gestantes: valorizar a epistemologia, a escuta ativa e narrativas como forma de produzir conhecimento, considerar o poder e capacidade dos coletivos de mães e redes de apoio como agentes transformadores. Pois, nesse contexto, é necessário que as políticas de apoio sejam planejadas, implementadas e monitoradas em busca da equidade. Isso inclui ações como criação de creches universitárias, bolsas de apoio financeiro direcionadas as mães, flexibilização de prazos e carga horária, compreender com sensibilidade e cuidado os debates sobre permanência estudantil e reavaliação dos critérios de desempenho acadêmico. Além disso, é necessária a compreensão da universidade para com as demandas das mulheres, desenvolvendo espaços de diálogo e soluções com quem vivencia a

realidade. Apenas através de políticas sensíveis e participativas será possível gerar uma universidade democrática e conhecedora da diversidade que compõe o campo acadêmico.

4.4 Agenda De Pesquisa

Com base nas análises dos estudos envolvidos, diversas possibilidades emergem para intensificar a compreensão sobre as vivências de mães no ensino superior e reforçar a necessidade da efetividade de políticas de apoio para as estudantes. As sugestões incluem:

a) Propor medidas como a criação de creches universitárias, flexibilização de prazo e bolsas de incentivos para estimular a equidade de gênero nas universidades. Sendo analisadas a partir da investigação das necessidades das mulheres da pós-graduação que são mães, mas não possui assistência de políticas institucionais eficientes. (Sousa & Arantes, 2024).

b) Incluir a maternidade como uma dimensão da construção epistemológica, garantir a criação de políticas destinadas a mães pesquisadoras, além de estimular mudanças associadas a visibilidade da maternidade no currículo Lattes. (Almeida, Müller & Hogemann, 2022).

c) Definir ações para implementação de políticas de apoio efetivas que garantam a permanência e o sucesso acadêmico das estudantes, desenvolvendo um ambiente acadêmico mais acolhedor (Silva, Benitez, Mizael & Pasian, 2023).

d) Desenvolver estudos voltados a marginalização das mães pesquisadoras incluídas no modelo de educação produtivista, incentivando a modificação de métricas para avaliação científica e a criação de redes de apoio utilizando o apoio de mídias digitais como auxílio para transformar políticas institucionais (Castro & Fernandes, 2024).

e) Entender como a maternidade, universidade e trabalho afetam as estudantes, estabelecendo políticas de apoio que estimulem a permanência e conclusão do ensino superior. (Silva & Mendes, 2024).

f) Verificar as experiências de mães em coletivos acadêmicos, enfatizando a reivindicação de direitos e defendendo a criação de políticas que atendam as necessidades específicas dessas estudantes (Vieira, Brito & Peixoto, 2024).

Tais sugestões demonstram as lacunas existentes a partir dos estudos analisados que apontaram para a necessidade imediata de ações para produzir um ambiente universitário inclusivo para mães universitárias. A concordância das propostas indica a importância de políticas que assegurem condições reais de permanência para que essas estudantes possam alcançar o sucesso acadêmico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisa a maternidade no ensino superior através de uma perspectiva institucional, que expande o entendimento do desempenho acadêmico para além das métricas tradicionais de ensino. Esse pensamento entende os desafios enfrentados por mães e gestantes com a subjetividade necessária. Assim, compreende-se que a maternidade demanda um cuidado específico das políticas institucionais e práticas educacionais para não ser percebido apenas como um obstáculo particular.

Mesmo sendo considerada instituições formadoras, as universidades muitas vezes não consideram as especificidades estudantis. As experiências de alunas mães e gestantes reforça que a permanência no ensino superior vai além de esforço individual, ela está associada a identificação das diversas funções atribuídas a essas mulheres. A falta de apoio das universidades pode dificultar não apenas a conclusão do ensino superior, mas também o bem-estar dessas mulheres.

Esta revisão sistemática da literatura colaborou com o mapeamento das principais evidências disponíveis sobre os desafios enfrentados por alunas mães e gestantes no ensino

superior brasileiro e a importância das políticas de institucionais de suporte. Entretanto, esse estudo apresenta algumas limitações, mesmo que não invalidem sua contribuição, restringe a sua abrangência. Além disso, optou-se por incluir artigos apenas em português e inglês, o que reduz a diversidade das análises com políticas e práticas internacionais. Associado ao recorte nacional, a quantidade reduzida dos estudos encontrados (seis) comprova a restrita produção científica no país considerando o tema abordado.

Essas delimitações evidenciam a necessidade de aprofundamento do debate sobre maternidade no ensino superior, especialmente ao destacar lacunas na produção empírica voltada à realidade da gestão institucional dessas políticas. Tal constatação reforça a relevância de pesquisas voltadas ao campo da Administração, sobretudo da Administração Pública e da Gestão Educacional, no que se refere à formulação, implementação e avaliação de políticas de permanência. Assim, está RSL não apenas sistematiza o conhecimento existente, como também contribui para o desenvolvimento de agendas futuras que visem ao aprimoramento da gestão acadêmica inclusiva.

Dessa forma, é imprescindível o reconhecimento da maternidade como parte da vida estudantil, que demanda acolhimento e políticas que lhes forneçam o suporte adequado. O desenvolvimento de medidas como criação de creches universitárias, flexibilização de prazos e horários, além de auxílios financeiros podem contribuir nas condições de permanência e conclusão do ensino. Além disso, é fundamental promover, dentro das universidades, uma cultura de sensibilidade institucional voltada à equidade de gênero e ao respeito à diversidade das trajetórias acadêmicas.

Com a reflexão acerca dos trabalhos debatidos neste estudo é possível perceber a longa trajetória a percorrer para alcançar o reconhecimento da maternidade como parte da realidade universitária. Portanto, o objetivo deste trabalho não é encerrar o debate, mas sim somar forças para que mudanças reais aconteçam nas condições de apoio e na forma como as universidades lidam com a maternidade no ensino superior. Essas mudanças fazem parte do campo da Administração Pública e da Gestão Educacional, que têm um papel fundamental na criação de políticas e ações que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos. Tudo isso precisa acontecer de forma justa, acolhedora e sensível às realidades de quem, além de estudar, também materna e enfrenta diariamente o desafio de equilibrar tantos papéis em sua trajetória acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.; MÜLLER, M.; HOGEMANN, E. **A produção científica e a maternidade sob a ótica epistemológica da objetividade forte**. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 7, p. 1–19, 2022. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373. 2022.v7.n.13908. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/13908>. Acesso em: 4 maio. 2025.

ANDRADE, M. P. B. **Desafio da maternidade durante a vida universitária: um estudo com alunas da odontologia**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, p. 1–24, 2019.

ÁVILA, R. C.; PORTES, É. A. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos**. Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 809–832, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. Revista e Ampliada, 2011.

BARROSO, Carmem; MELLO, G. N. de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, n° 15, p. 47-77, 1975.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, p. 125–156, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. Revista e Ampliada, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: [s.n.].

BRASIL. **Brasil mantém tendência de avanço no desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. **Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional**. Tempo Social, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 119–136, jan. 2015.

GUEDES, M. DE C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 117–132, 2008.

FARIAS, A. M. DOS S. DE et al. **As dificuldades enfrentadas pelas jovens grávidas e/ou mães no ensino superior em Parnaíba-PI**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59211>. Acesso em: 25 nov. 2024.

DIAS, M. D.; SOARES, B. V. **Creche nas universidades: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes-mães na graduação**. 2019.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>.

FERREIRA, M. S. C.; BORGES, L. M. **Os desafios de ser mãe universitária: Reflexões sobre fatores de proteção em grupo de mulheres**. Seven Editora, 2023.

GRAMPOS, M.; NIAZI, M. **Experiências utilizando diretrizes de revisão sistemáticas**. *Journal of Systems and Software*, v. 80, n. 9, p. 1425-1437, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele, UK: Keele University, 2004. Disponível em: <http://doi.org/10.1.1.122.3308>.

CASTRO, M. M. M.; FERNANDES, T. **A INVISIBILIDADE DA MÃE CIENTISTA: ARTICULANDO GÊNERO, MATERNIDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIAS**. *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 467–487, 2025. DOI: 10.14295/de.v12i2.18115. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18115>. Acesso em: 4 maio. 2025.

MIOTO, R. C. T. **Política social e trabalho familiar: Questões emergentes no debate contemporâneo**. *Serviço Social e Sociedade*, v. 124, p. 699-720, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.047>.

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. **Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis**. *Direito. UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 4, n. 1, p. 41–79, 30 abr. 2020.

PASSOS, Elizete S. **A mulher na Universidade Federal da Bahia: avanços e recuos**. Bahia Análise & Dados Salvador, v. 7, n. 2, p. 142-150, set. 1997.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. **Apoio social e experiência da maternidade**. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 85-96, abr. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009. Acesso em: 15 nov. 2024.

RIBEIRO, FLÁVIA GRIPP. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB.** 2017.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil 1930/1973.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, 273 p. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

SCHUSSLER, B. S.; FABRICIO, A. R. **Desigualdade de gênero.** Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica, p. 3-6, 2017.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, E. L. da; BENITEZ, P.; MIZAE, T. M.; PASIAN, M. S. **Retrato das Narrativas de Mães Universitárias no Contexto Acadêmico.** Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 275–283, 2023. DOI: 10.17921/2447-8733.2023v24n2p275-283. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9689>. Acesso em: 4 maio. 2025.

SILVA, A. L. T.; MENDES, C. D. **Maternidade, estudo e trabalho: um olhar sobre as múltiplas jornadas de mães discentes.** Oikos: Família e Sociedade em Debate, [S. l.], v. 35, n. 1, 2024. DOI: 10.31423/oikos.v35i1.15305. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/15305>. Acesso em: 4 maio. 2025.

SILVA, J. S. DA et al. **A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA campus VII Codó.** Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 42538–42550, 2020.

SOUSA, C. P. **Gênero e universidade no Brasil: acesso ao ensino superior e condição feminina no meio universitário.** In: Consuelo Flecha García; Alicia Itatí Palermo (Org.). Mujeres y Universidad en España y América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila Editores, v. 1, p. 153-171, 2008.

SOUSA, T. S. S.; ARANTES, M. do S. da S. **Políticas de acesso e permanência de mulheres mães no sistema de pós-graduação na UFPI (Brasil).** Cadernos Cajuína, [S. l.], v. 9, n. 6, p. e249648, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i6.779. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/779>. Acesso em: 4 maio. 2025

TABAK, F. **O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

URPIA, A. M.; SAMPAIO, S. M. R. **TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO: narrativas de um self participante.** [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2009.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; ALMEIDA, Edson Pacheco. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de**

Cuiabá: um processo de exclusão. Revista Série – Estudos, Campo Grande, v. 1, n. 13, p. 133-148, jan.-jun. 2002.

VIEIRA, J. J.; BRITO, I. A. S.; PEIXOTO, S. S. **Análise das narrativas das integrantes do coletivo de mães da UFRJ sobre as condições de permanência de mães no Ensino Superior.** Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 17, n. 00, e023073, 2024. 10.26843/ae.v17i00.1426.